

OMNIA SAÚDE

Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
www.fai.com.br

BRITO, Julio Cesar Paulino. Práticas pedagógicas em educação física adaptada: inclusão do aluno cadeirante. Omnia Saúde, v.12, n.2, p.01-11, 2015.

ISSN versão Online 2236-188X
ISSN versão Impressa 1806-6763

Recebido em: 30/09/2015

Revisado em: 10/12/2015

Aceito em: 12/12/2015

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: INCLUSÃO DO ALUNO CADEIRANTE

**PEDAGOGICAL PRACTICES IN ADAPTED PHYSICAL EDUCATION:
INCLUSION OF STUDENT WHEELCHAIR**

Julio Cesar Paulino Brito

Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) – Sorriso(MT)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fomentar por meio de um relato de experiência, a importância das práticas pedagógicas, do professor de Educação Física, visando a inclusão de um aluno com deficiência física. Assim, o estudo envolveu o professor de educação física, 25 alunos de pré-escolar “II”, um deles cadeirante, da Escola Municipal Valter Leite Pereira, na cidade de Sorriso-MT. Para o estudo utilizamos de embasamento teórico na legislação nacional, bem como artigos científicos que abordam a Educação Física Adaptada. Para a coleta dos dados, foram utilizados os planos de aula do professor de Educação Física com a turma a ser analisada, bem como as observações participantes das aulas de Educação Física realizada com os alunos envolvidos na pesquisa, sendo os dados registrados por meio de fotografias, vídeos e diário de bordo. Foram identificadas alterações, na postura do professor, no planejamento, bem como adaptações em atividades preestabelecidas como: corrida do saco, circuito psicomotor com obstáculos, atividades com cambalhota e as atividades de arremesso e chute com bola. Essas alterações possibilitaram a participação do aluno cadeirante bem como dos demais colegas, ocorrendo de forma satisfatória os avanços da turma quanto aos objetivos propostos. Com o estudo concluímos que, por meio das aulas de Educação Física Adaptada o aluno é instigado a descobrir suas potencialidades e conquistar seu espaço na sociedade, e que para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas de forma satisfatória, é necessário que o professor saia da sua zona de conforto quebrando os paradigmas do processo de inclusão escolar, buscando a valorização das potencialidades dos alunos, bem como o respeito às suas limitações.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva, Educação Física Adaptada, Educação Especial.

ABSTRACT

This study has with the objective foster through a report of experience, the importance of teaching practices, of teacher of Physical Education, targeting the inclusion of a student with physical disability. Like this, the study involved the Physical Education teacher, 25 students preschool "II" one of them wheelchair, Municipal School Valter Pereira Leite, in the city of Sorriso-MT. To study use of foundation theoretical in national legislation and scientific articles addressing the Adapted Physical Education.

For the data collection, were used the lesson plans teacher of Physical Education with the class to be analyzed, and the observations participants the Physical Education classes fulfilled with students involved in research, and the data recorded through photographs, videos and logbook. Have been identified changes, the teacher's attitude, planning, as well as adaptations in pre-established activities as: race bag, psychomotor circuit with obstacles activities somersault and throwing activities and kick with ball. These changes allowed student participation wheelchair as well as other colleagues, occurring form satisfactory progress of class as the proposed objectives. With the study concluded that, by classes of Adapted Physical Education the student is urged to discover their potential and win his place in society, and to develop pedagogical practices inclusive satisfactorily, It's necessary for the teacher get out your comfort zone breaking paradigms the process of school inclusion, seeking recovery the potential of students, and respect their limitations.

Keywords: Inclusive Education, Adapted Physical Education, Special Education.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se pauta nas políticas públicas e leis específicas para sua aplicabilidade no âmbito educacional. É amparada, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo Plano Nacional da Educação e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, além da Declaração de Salamanca, documento que enfatiza a função da escola no âmbito social, tratando sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Como componente curricular da educação básica, a Educação Física também exerce seu papel no processo da inclusão escolar. Nessa perspectiva Cidade e Freitas (2002, p.27) apontam que a Educação Física Adaptada é “uma área da Educação Física que tem como objetivo de estudo a motricidade humana para os portadores de necessidades especiais” o que não a diferencia em seus conteúdos, mas nas formas de organização, técnicas e métodos de aplicabilidade para pessoas com deficiência.

Deste modo este estudo objetiva fomentar por meio de um relato de experiência, a importância das práticas pedagógicas, do professor de Educação Física, visando a inclusão de um aluno com deficiência física. Indagando-nos se haveria mudanças na prática pedagógica do professor de Educação Física ao receber um aluno com deficiência física?

Ao considerar estes aspectos pretendemos, com este estudo, disseminar algumas das possibilidades de práticas pedagógicas voltadas para o aluno cadeirante, que poderá contribuir para o embasamento dos demais profissionais que atuam com a Educação Física Adaptada.

Políticas públicas e Educação inclusiva

A definição de inclusão social remete ao entendimento de reconhecermos o outro, compartilhar e acolher as pessoas sem exceções. Conforme Brasil (2001, p.20) “entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da

vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais”. Deste modo, a escola tem um papel fundamental no processo de inclusão social, por ser um ambiente formador de pessoas.

Segundo Paula e Reis (2003) a inclusão, tem diversos significados desde seu ato de incluir, compreender, inserir, introduzir e fazer parte, apontada como a solução para desigualdades corriqueiras da sociedade, seja fora ou dentro dos muros escolares, estruturando assim um exercício de cidadania digna.

“A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais” (SASSAKI, 1997, apud SANTOS e VELOZO, 2013, p.02).

A Educação Inclusiva no processo educacional traz inúmeras transformações em diversos aspectos que envolvem a escola, sendo o espaço físico, materiais específicos de acordo com a sua necessidade, bem como profissionais preparados e capacitados para atuar pedagogicamente com público alvo da educação especial. Conforme Mrech (1998, apud SILVA 2003, p.143):

“O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento do suporte de serviços da área de educação especial por intermédio dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto”.

Dentre todos os aspectos envolvidos no processo da inclusão é importante ressaltar que, por de trás de toda e qualquer situação dessa grandeza, se faz necessário conhecer as propostas das políticas públicas, que são fatores determinantes em sua efetivação.

Um dos amparos para a Educação Inclusiva é a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento que propõe um ensino de qualidade e uma escola aberta a todas as crianças com deficiências ou com dificuldades no processo educacional, além de enfatizar a função social da escola como um ambiente acolhedor das diferenças, transmitindo a mensagem de que a sociedade deve ser igualitária e respeitosa.

A declaração de Salamanca estabelece sobre os princípios, as políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, demandando que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional, desta forma a:

“Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (UNESCO, 1994 p.04).

Conforme publicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o processo de construção de uma sociedade inclusiva é de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado

democrático, e requer fundamentação nos princípios da preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania (BRASIL, 2001).

Outro amparo que a Educação Inclusiva se embasa é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que disciplina a estrutura e o funcionamento escolar brasileiro, em seu capítulo V, tratam da Educação Especial, conforme art. 58, “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de Educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2014a, p.33).

Já em seu art. 59, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 2014a. p.33).

Sendo assegurada a oferta de Educação Especial, como dever do Estado, com início na Educação Infantil de modo a contemplar crianças na faixa etária de zero a seis anos. Para esta etapa de ensino da Educação Básica, são propostas as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, que ao tratar-se de Educação Inclusiva estabelecem que:

“As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: [...] a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2010, p.20).

Outro documento de trata da Educação Especial é o Plano Nacional da Educação aprovado pela Lei nº 8.035/2010, que estabelece as metas para a educação em um período de dez anos. Neste documento a meta 4, é destinada especificamente a inclusão, com o objetivo de “universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de Ensino” (BRASIL, 2014b). Desta forma, a inclusão escolar é um direito do aluno PAEE estando garantida em todas as etapas da Educação Básica por meio das políticas públicas.

Educação Física Adaptada e a Educação Infantil

O ensino da Educação Física para PAEE tem sido foco de diversos estudos, bem como, preocupação das instituições formadoras dos profissionais que irão atuar com estes alunos, conforme salientado por Santos e Velozo (2013, p.09) “os quais implantaram a Educação Física Adaptada, a fim de preparar os profissionais para atuarem na área”. Garante-se, deste modo, a preparação dos mesmos para trabalharem com um público diversificado, conciliando os princípios da Educação Física Adaptada com os da Inclusão escolar.

Ao considerar estes fatores, Paula e Reis (2003) salientam que o professor de Educação Física deve estar preparado para desenvolver seu trabalho com todos os alunos, sejam

eles PAEE ou não, de modo que nenhum aluno seja dispensado das aulas. No entanto, para que isso ocorra é necessário conhecer as necessidades, interesses e possibilidades de cada um, de modo a estimulá-los e prepará-los para assumirem seu papel na sociedade. Segundo Santos e Velozo (2013, p. 11):

“A Educação Física, quando adaptada aos alunos com deficiência, não deve ser distinta da Educação Física em relação aos seus conteúdos, devendo apenas compreender técnicas, métodos e formas de organização que são específicas para o atendimento de alunos com deficiência”.

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas do professor de Educação Física, devem manter as características fundamentais de seu conteúdo, contudo, mesmo com as adaptações, deve-se manter a característica socializadora e prazerosa desta disciplina, buscando a valorização das capacidades dos alunos, bem como o respeito às suas limitações.

Para tanto, devemos considerar que a Educação Física é um direito e não uma opção para a criança PAEE e, esse mesmo direito, faz-se valer para a etapa da Educação Infantil, pois nesta faixa etária, as crianças devem experimentar diversas situações que refletirão no seu futuro. A Educação Física no campo da Educação Infantil é tão importante quanto qualquer outra área que atua nessa fase da criança e tem como objetivo o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social.

Quintão et al. (2004) afirmam que o desenvolvimento infantil obedece a uma sequência motora, cognitiva, e afetivo-social que ocorrerá de forma mais lenta ou mais acelerada, de acordo com os estímulos recebidos. Ao considerar uma criança PAEE um trabalho pedagógico desenvolvido de forma adequada resultará em aquisições relevantes para este aluno, nesta perspectiva a disciplina de Educação Física em especial, utiliza-se de instrumentos fundamentais que possibilitam o desenvolvimento de forma integral e prazerosa nesta faixa etária, como por exemplo, os jogos e brincadeiras. Para Cruz *et al.* (2007, p. 208):

“Ao brincar e ao jogar, a criança constrói o conhecimento e adquire confiança porque, por meio da brincadeira, é possível desenvolver a capacidade de criar soluções e de chegar a conclusões de forma autônoma. Assim, o brincar também desenvolve uma completude na comunicação da criança consigo mesma e com o mundo. [...] Por conseguinte, que o brincar é essencial para o desenvolvimento emocional e afetivo tanto para a criança considerada como *normal* para aquela que necessita, como condição de vida, de cuidados especiais”.

Por meio das brincadeiras, o leque de benefícios para a criança é fundamental, pois ela aprende a respeitar a si e o próximo, como também as regras estabelecidas. As atividades lúdicas usadas com PAEE ajudam a desenvolver habilidades importantes para que, de maneira independente, possam explorar e exercitar suas próprias ações, enriquecendo assim suas capacidades e sua autoestima. No entanto, cabe ao professor identificar as adaptações que podem e devem acontecer nas aulas, de forma que todos participem sem que isso interfira na filosofia educacional da Educação Física Adaptada.

METODOLOGIA

O estudo fundamenta-se na abordagem de pesquisa qualitativa, por analisar e descrever a importância do trabalho pedagógico voltado para as aulas de Educação Física Adaptada, de modo a possibilitar a inclusão de um aluno cadeirante. Classifica-se quanto aos procedimentos como uma pesquisa-ação, pois segundo Fonseca (2002), pressupõe uma participação planejada do professor de Educação Física no problema a ser investigado, fator determinante no direcionamento das ações.

O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Valter Leite Pereira, na cidade de Sorriso-MT, envolvendo, professor de Educação Física, 25 alunos de uma das turmas de pré-escolar “II” um deles cadeirante. Para o estudo utilizamos de embasamento teórico na legislação nacional, bem como artigos científicos que abordam a Educação Física Adaptada. Quanto à coleta dos dados, foram utilizados os planos de aula do professor de Educação Física com a turma a ser analisada, bem como as observações participantes das aulas de Educação Física realizada com os alunos envolvidos na pesquisa, sendo os dados registrados por meio de fotografias, vídeos e diário de bordo.

Por tratar-se de um relato de experiência empregamos o tipo de pesquisa descritiva em que o objetivo primordial é a descrição das intervenções e práticas pedagógicas, utilizadas durante a realização das aulas de Educação Física do segundo semestre do ano letivo de 2014, estabelecendo relações entre os dados coletados e os estudos realizados por outros autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme exposto no decorrer deste estudo, a Educação Física Adaptada deve possibilitar ao aluno PAEE o desenvolvimento do domínio motor, a estimulação para a aquisição de autonomia, bem como a sua integração na sociedade. Sabendo-se dos direitos dos alunos PAEE, analisaremos de forma reflexiva as práticas pedagógicas do professor de Educação Física, com 25 alunos de 5 e 6 anos de idade, 1 cadeirante, da Escola Municipal Valter Leite Pereira na cidade de Sorriso-MT.

Depois de decorrido o primeiro semestre de aula com a turma, em que, todos os alunos eram tidos como “normais”, no segundo semestre houve a matrícula de um aluno PAEE. A partir disso, quebrou-se de certa forma a zona de conforto do professor, o que gerou uma preocupação em como adaptar suas aulas de Educação Física para atender as necessidades educacionais deste aluno, bem como dos demais da turma. Segundo Paula e Reis (2003, p.287):

“Cabe ao professor propor atividades que todos sejam capazes de desenvolver adequando-as, adaptando ambientes, materiais e recursos, para que a PPNE possa efetivamente participar das aulas e ser beneficiada, atendendo assim a proposta de inclusão de todos, portador ou não de necessidade especial nas aulas de Educação Física”.

No entanto, outra incógnita foi gerada por esta situação, sendo a preocupação na maneira de enxergar que a situação é normal. O que na verdade não era tão simples, por se tratar de uma criança de 5 anos de idade, cadeirante e que apresentava sinais de paralisia cerebral. A paralisia cerebral é definida como desordens que interferem no

movimento e na postura do indivíduo, muitos dos sinais aparecem durante a infância ou pré-escola, causados pela má formação do cérebro que, muitas vezes, antecede o nascimento, podendo apresentar deficiência intelectual (ASSIS-MADEIRA; CARVALHO, 2009). Sendo, identificado no aluno, dificuldades na deglutição, musculatura enrijecida e atrofiada, fator predominante que dificultava sua locomoção como também de realizar tarefas diárias que necessitassem das articulações do corpo.

Ao considerar a inclusão do aluno com paralisia cerebral, Silva e Manzini (2013) salienta a necessidade de adaptar os recursos pedagógicos e planejar estratégias de ensino de acordo com as limitações motoras da criança, o que requer uma avaliação prévia do professor bem como um planejamento das atividades a serem aplicadas.

Nessa perspectiva, partindo dos conhecimentos prévios que se tinha do aluno iniciou-se, o processo de análise do planejamento das aulas já pré-elaboradas, onde se procurou identificar quais e como as adaptações poderiam ser realizadas para atender todos os alunos da turma. As adaptações no planejamento aconteceram chegando o momento de colocá-las em prática.

Para Paula e Reis (2003, p.287) a criança PAEE “deve ser apresentada ao grupo “aluno normal” como uma pessoa normal com algumas necessidades diferenciadas das demais. Sendo trabalhado com esse aluno atividades que possibilitem a interação com o grupo estimulando e motivando-o”. Quanto a estas afirmações cabe destacar que o aluno já apresentava sua adaptação com a rotina da escola e, seus colegas de turma, o aceitaram e acolheram muito bem. Esse fator de interação com os demais colegas auxiliou ao colocar em prática as atividades, possibilitando que o professor se adaptasse a situação e não vice-versa.

Na realização das atividades, podemos destacar algumas das práticas que fizeram com que o aluno mostrasse seu potencial, sendo a corrida do saco, o circuito psicomotor, as atividades com cambalhota e as atividades de arremesso e chute de bola.

As intervenções aconteceram constantemente nas atividades citadas, diagnosticando como fator positivo a interação coletiva. Na primeira atividade de características folclóricas, a adaptação foi realizada de tal forma que todos os alunos deveriam se rastejar com o saco, sendo esta uma das maneiras que o aluno PAEE se locomovia em contato com o solo, dispensando-se a utilização da cadeira de rodas.

Para a atividade com o circuito, o aluno necessitou de auxílio, porém, estes não partiram do professor e sim dos próprios colegas da turma, o que foi fundamental nessa atividade, conforme proposto por Santos e Velozo (2013, p.13):

“Na prática inclusiva da Educação Física, uma possibilidade seria percorrer o inverso, ensinando para os alunos que não possuem deficiência, como praticar algumas atividades adaptadas, de modo a fazê-los perceber a questão da diferença como positiva, ou seja, o deficiente também tem algo a ensinar, não é só ele que deve se adaptar às práticas corporais que estamos acostumados e, a aula de Educação Física é um espaço próprio para isso”.

Essas afirmações nos remetem as atividades apontadas anteriormente, que possibilitou a inclusão do aluno PAEE, bem como a criação de vínculos de afetividade entre todos os alunos.

A terceira atividade com exercícios de cambalhota foi um sucesso, as limitações físicas do aluno, impressionantemente, facilitavam sua execução, após a compreensão de como era o movimento a ser realizado, o aluno adquiria mais técnicas de aperfeiçoamento demonstrando um ótimo domínio do movimento e o gosto pela atividade.

E por fim, importante ressaltar que as atividades com bola, onde a dificuldade encontrada foi na realização do arremesso, pois, para se locomover no solo o aluno utilizava um dos braços neste processo. Contudo o braço encurtado pela musculatura enrijecida, devido à paralisia, segurava a bola, enquanto ele se locomovia até o local do arremesso. Ao realizar os arremessos estes eram comemorados por todos, independentemente de acertos ou não.

Outras atividades com bola a serem citadas são as práticas de chute. Mesmo com suas limitações nas pernas, o aluno demonstrou facilidade para o chute. Inicialmente, foi trabalhado, o tempo de bola que o aluno tinha que adquirir para realizar seu movimento com o pé, e não com a perna. Após várias tentativas o aluno compreendeu os fundamentos do chute. Ao realizar o primeiro chute, a festa foi imensa, até porque não havia somente um professor e sim mais 24, que eram os próprios alunos da turma que o ajudavam, estimulavam e incentivavam, para que o mesmo conseguisse realizar o movimento proposto.

O interesse do aluno PAEE em participar das atividades e a participação coletiva dos alunos, possibilitou ao professor realizar o planejamento, bem como suas práticas pedagógicas com maior segurança, alcançando deste modo, o objetivo da Educação Física Adaptada que tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, sendo está de fundamental importância na formação integral de todo e qualquer aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens que o estudo proporcionou, salientamos a importância de um planejamento voltado para a Educação Física Adaptada de modo a possibilitar a inclusão do aluno PAEE sem interferir na participação dos demais colegas, contemplando desta forma os conteúdos específicos da disciplina a partir de adaptação das atividades propostas.

Portanto, por meio das aulas de Educação Física Adaptada o aluno é instigado a descobrir suas potencialidades para cada vez mais e conquistar seu espaço na sociedade. Contudo, podemos dizer que o processo da inclusão, faz com que o aluno PAEE, não se autoidentificar diferente, mas reconhecer-se como um cidadão digno, sem preconceitos.

Concluimos que, para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas de forma satisfatória, é necessário que o professor saia da sua zona de conforto quebrando os paradigmas do processo de inclusão escolar, de modo a contemplar em seu planejamento o caráter socializador da Educação Física, buscando a valorização das potencialidades dos alunos, bem como o respeito às suas limitações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS-MADEIRA, E.A.; CARVALHO, S. G. Paralisia Cerebral e fatores de risco ao desenvolvimento motor: uma revisão teórica. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, v.9, n.1, p.142-163, 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 45 p.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

_____. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 08 de set. de 2015.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. Educação Física e Inclusão: considerações para prática pedagógica na escola. *Revista Eletrônica Sobama*. 2002. Disponível em: < <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf> >. Acesso em 10 set. 2015.

CRUZ, M.L.C.M; LAGE, B.F.; VERONEZE, C.B; XAVIER, K.A.C.; BONOTO, C.; SOUZA, D.A.; RODRIGUES, F.D.; GUERRA, M.S.L.; FERREIRA V.N.. O brincar essencial para o desenvolvimento da criança portadora de necessidade especial. *CES Revista*, v.21 p.203-209. Disponível em: < http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/o_brincar_essencial.pdf >. Acesso em 01 de set. de 2015.

FONSECA, J.J.S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

PAULA, M.B.; REIS, F.D.M.M. Uma discussão sob a inclusão de pessoas portadoras de necessidade especial na educação física escolar. In: *VII EnFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escolar*. 2003. Disponível em: < www.uff.br/gef/anais-vii.doc.doc >. Acesso em 10 de set. de 2015.

QUINTÃO, D. PINHEIRO, E.; PASSOS, F.; SANTOS, L.; XAVIER M.; NUNES, M. A educação física e o desenvolvimento infantil. *Centro de Ciências de Educação e Humanidades – CCEH*. Novembro 2004 - ISSN 1807-538X.

SANTOS, K.; VELOZO, E.L. Inclusão dentro dos processos educativos e da Educação física. In: *Seminário de pesquisa do PPE*. Universidade Estadual de Maringá. 2013. Disponível em < http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_04/115.pdf >. Acesso em: 08 de set. de 2015.

SILVA, M.S. Educação inclusiva e educação física escolar: deficiência de quem? *In: VII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar*, 2003, Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2003. v. único. p. 143-146. Disponível em: < www.uff.br/gef/anais-vii.doc.doc >. Acesso em 10 de set. de 2015.

SILVA, M.O.; MANZINI, E.J. Avaliação das Habilidades Motoras de Alunos com Paralisia Cerebral: Uso do ASPA-PC. *Revista da Sobama*, v.14, n.1, p.9-16, 2013. Disponível em < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/view/3581/2751> >. Acesso em: 10 de set. de 2015.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 20 de ago. de 2015.